

O NOVO ENSINO MÉDIO EMPRESARIADO E O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS DA ATUALIDADE

BUSINESS COMUNITY, NEW HIGH SCHOOL AND THE TEACHING OF HISTORY: MODERN CHALLENGES

Pedro Paulo Baruffi¹

Recebido em: 07 mar. 2023.

Aceito em: 10 mar. 2023.

RESUMO

O presente trabalho se articula em torno no Novo Ensino Médio, seus desdobramentos com os interesses do empresariado e os desafios do ensino de História. Como problemática discutimos quais as principais implicações do Novo Ensino Médio Empresariado no ensino de história? Essa discussão é de extrema relevância tendo em vista o processo de implementação desse Novo Ensino Médio nas diferentes redes estaduais do país. O objetivo geral é discutir as principais implicações do Novo Ensino Médio Empresariado no ensino de história, como objetivos específicos temos: (I) refletir sobre as principais mudanças no Novo Ensino Médio; (II) Analisar os interesses do empresariado no Novo Ensino Médio; (III) Apresentar os principais impactos do Novo Ensino Médio no ensino de História. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória. Com o estudo evidenciou o grande interesse do empresariado articulado com as necessidades de mudança no ensino médio para o projeto de hegemonização da classe trabalhadora para o capitalismo e o esvaziamento do ensino de história. Aumento significativo de carga horária, ampliação de itinerário formativos e desarticulação do acesso ao conhecimento historicamente acumulado. Infelizmente os interesses neoliberais atravessam a economia e assolam a educação impossibilitando a continuidade das conquistas históricas. Por fim há um convite para a resistência dos professores de história.

Palavras-chave: Empresariado na Educação. Ensino de História. Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

This paper articulates the new high school, its developments with the interests of the business community, and the challenges of teaching history. Our question is, what are the implications of new high school in teaching history? This discussion is extremely

¹ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade, Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9491-4721>. E-mail: baruffipedro@gmail.com.

relevant due to the implementation process of this new high education in the different states of Brazil. The general objective is to discuss the implications of the presence of the business community in the new high school and its relationship with the teaching of history. As specific objectives, we have: (I) to reflect on the main changes in the new high school; (II) Asses the interests of the business community in the new high school; (III) Present the main impacts of the new high school on the teaching of History. We used qualitative methods, bibliographical, and exploratory research. The study evidenced the great interest of the business community articulated with the need for change in secondary education for the project of hegemonization of the working class towards capitalism and the emptying of history teaching. Significant increase in workload, expansion of training itinerary, and disarticulation of access to historically accumulated knowledge. Unfortunately, neoliberal interests cross the economy and devastate education, making it impossible to continue the historical achievements. Finally, there is an invitation to the resistance of history teachers.

Keywords: Business Community in education. History teaching. New high school.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio, última etapa da educação básica desde 2016 vem ocupando espaços importantes nas discussões educacionais, isso se deu principalmente pela Medida Provisória nº 746/2016 aprovada no Congresso Nacional. Em 2017 A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vai sofrer alteração com a lei nº 13.415/2017 que foi sancionado pelo presidente Michel Temer.

A nova Lei do Ensino Médio proporciona inúmeras críticas, pois a mesma foi aprovada em caráter de urgência e autoritário, o professor Ferretti (2018) menciona essa reforma como uma ação intempestiva do governo da época. Inúmeras são as justificativas para a reforma, importante frisar que o país atravessa um momento difícil na época e que a lei da reforma do Ensino Médio já vinha sendo discutida desde 2013, porém as principais justificativas foram “baixa qualidade do Ensino Médio, necessidade de torná-lo atrativo aos alunos.” (FERRETTI, 2018, p. 26).

A reforma também acontece sob a justificativa de que o país apresenta o baixo desempenho dos estudantes nas duas áreas do conhecimento avaliadas, indicado pelo então Ministro da Educação, José Mendonça Filho, ao afirmar que “O desempenho em Português e Matemática é menor hoje do que em 1997, o que, para mim, é uma tragédia” (FERRETTI; DA SILVA, 2017, p.394).

Aprovada a reforma com prazo de cinco anos para o processo de implementação do Novo Ensino Médio, os estados passaram a organizar suas estruturas e seus currículos. Com todas essas mudanças, também nessa esteira vai ser homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que prometia colaborar para a organização dos currículos.

Discutir a BNCC junto com a reforma do novo Ensino Médio é imprescindível tendo em vista que o currículo foi totalmente desarticulado com essas mudanças. O artigo 36 reforça a flexibilização curricular ao dizer “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino [...]”.

A organização do novo Ensino Médio com BNCC e itinerário formativo apresenta diversas dificuldades para a educação brasileira, primeiro que com esse novo documento foram extintos a organização dos currículos por anos, cada estado organiza de acordo como for conveniente, na teoria deve respeitar a base comum em quantidades específicas de horas e oportunizar os itinerários. Os itinerários é uma outra falácia de forma muito ampla foi divulgado nos meios de comunicação que os jovens poderiam escolher seus itinerários de acordo com suas intenções, mas isso não é o que acontece na realidade, eles se tornam reféns do que as redes oferecem e é a partir daí que eles fazem as suas opções “Os alunos farão, no máximo, escolhas entre os itinerários formativos estipulados pelo sistema público de ensino do referido ente federativo” (FERRETTI, 2018, p. 29).

Levando em consideração o que foi levantado até aqui esse artigo problematiza quais as principais implicações do Novo Ensino Médio Empresariado no ensino de história?

O objetivo principal desse trabalho é discutir as principais implicações do Novo Ensino Médio Empresariado no ensino de história, como objetivos específicos elencamos os seguintes: (I) refletir sobre as principais mudanças no Novo Ensino Médio; (II) Analisar os interesses do empresariado no Novo Ensino Médio; (III) Apresentar os principais impactos do Novo Ensino Médio no ensino de História.

Esse tema tem atual e necessária relevância tendo em vista que nesses últimos cinco anos estados tem buscado inúmeras formas de adequar suas redes de ensino à uma reforma extremamente autoritária e sem diálogo com os entes da federação. Além das dificuldades sentidas pelas redes estaduais por conta da organização do Ensino Médio os currículos foram amplamente atacados e desarticulados promovendo inúmeras perdas aos estudantes, ao longo desse trabalho poderemos observar a tentativa aguerrida dos neoliberais em avançar em um interesse empresarial e na diminuição dos conhecimentos historicamente acumulados até aqui.

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e de natureza exploratória. A pesquisa dialoga com artigos recentes e com algumas obras clássicas a fim de promover um amplo acesso a tudo que está sendo discutido e dialogando com a própria história.

O artigo inicialmente discutirá as questões relacionadas as mudanças que o ensino Médio enfrentou a partir da lei da reforma e situará sobre as implicações iniciais de como que isso afeta a educação brasileira.

No segundo momento refletiremos sobre os interesses do empresariado com as mudanças no Ensino médio, também apresentamos um pouco como o neoliberalismo e a ultradireita articulam forças para a educação básica no país.

Na discussão final alinhamos a importância do ensino de história, seus contextos, principais aspectos e também as tentativas de esvaziamento desse componente a partir da BNCC e da reforma do Ensino Médio.

METODOLOGIA

A proposta de pesquisa apresentada é de caráter bibliográfico, a pesquisa bibliográfica nada mais é do que apresentar as ideias já discutidas, levantando críticas e posições sobre o tema estudado (Gerhardt e Silveira, 2009). Nestes tipos de pesquisa há investigações sobre ideologias, tendo em vista que possibilita análises diversas de opiniões sobre o assunto em pauta (LOZADA; NUNES, 2018).

Na pesquisa bibliográfica será utilizada artigos e livros dos principais autores do tema abordado como FRIGOTTO; MOTTA (2017), FERRETTI; SILVA, (2017), LIMA, COELHO, SOLEDADE, (2019), FLORENSE (2004) entre outros. A abordagem

da pesquisa será qualitativa, neste tipo de pesquisa a preocupação se dá pelo aprofundamento para compreender um determinado grupo social, desconsiderando os fatores numéricos e o positivismo levando em consideração as realidades que são múltiplas (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Em relação aos objetivos, esta pesquisa assume natureza exploratória, de acordo com Gil (2012) sua principal finalidade se desenvolve em poder esclarecer conceitos e ideias, tendo como objetivo formulação de problemas. Neste tipo de pesquisa possibilita um conhecimento profundo sobre a questão exposta.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/ ESTADO DA ARTE

O NOVO ENSINO MÉDIO

Sob muitos protestos e polêmicas, a Medida Provisória nº 746/2016, cujos principais pontos a serem modificados consiste na flexibilização do currículo, ampliação de carga horária, contratação de professores com notório saber e uso de recursos federais para parcerias com as redes privadas essa medida foi encaminhada ao congresso Nacional pelo MEC no dia 22 de setembro de 2016. Após a aprovação no Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, a medida foi sancionada como Lei nº 13.415/2017, passando a compor, desse modo, a LDBEN (Lei nº 9.394/1996) (FERREIRA; DA SILVA, 2017).

De acordo com Saviani (2020) a reforma do Ensino Médio é de um caráter autoritário, tendo em vista que ela acontece com total desconhecimento dos estados e dos conselhos estaduais, vale lembrar que de acordo com o texto constitucional de 1988 os estados e o distrito federal devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio.

A principal mudança da Lei nº 13.415/2017 consiste na flexibilização do currículo, pois os estudantes terão a opção de escolher em qual área poderão se aprofundar. “Cada estado, no novo Ensino Médio, organizará o seu currículo considerando a Base Nacional Comum Curricular, conferindo ênfase ao que está presente na redação da Medida Provisória” (FERRETTI; SILVA, 2017, p. 397).

O grupo de trabalho, que propôs as mudanças acredita que as muitas disciplinas do currículo não conseguem tornar o estudante competitivo para trazer

bons resultados quantitativos para as avaliações dos governos. O grande objetivo é “[...] facilitar as escolhas das disciplinas que os jovens das classes populares teriam menor dificuldade e, com isso, provavelmente, melhor desempenho nas avaliações em larga escala [...]” (FRIGOTTO; MOTTA, 2017, p. 365).

Com a reforma o governo passará a financiar a implantação do Novo Ensino Médio, passando a “[...] ser permitido o uso de recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB) para realização de parcerias entre as redes públicas e o setor privado, anunciando uma ampla ação de privatização da escola pública de Ensino Médio” (FERREIRA; SILVA, 2017, p. 289).

Outro fator de muita polêmica apresentado na reforma é a contratação de professores de notório saber reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional (BRASIL, 2017). Isso possibilita problemas maiores ainda, tendo em vista que a situação já é difícil, e a formação em licenciatura é complexa e envolve questões que são cruciais para estar em sala de aula.

Essas mudanças vêm ocorrendo após a transição de governo, após o impedimento de Dilma Vana Rousseff, que ocorreu em 2017, impulsionadas pela nova composição política, que exige alterações no ensino, deixando para trás a preocupação em relação aos ganhos sociais, para centrar-se em campos mercantis e mercadológicos. “Dessa perspectiva, a MP nº 746 não constitui uma novidade, mas apenas uma atualização da histórica disputa pela hegemonia em relação ao ensino médio” (FERRETTI; SILVA, 2017, p. 400).

ENSINO MÉDIO BRASILEIRO NO ALVO DOS INTERESSES EMPRESARIAIS

A reforma no Ensino Médio já é uma realidade para a maioria dos jovens que estão a cursar ou estão cursando essa importante etapa da educação básica, porém a medida com que o tempo avança, algumas preocupações ocupam o cenário para vários estados brasileiros. Isso tem acontecido porquê de acordo com a Constituição Federal de 1988 são os estados que devem atuar prioritariamente no final da

educação básica e o ano de 2022 é o prazo final para a adequação da reorganização da carga horária como trata o texto da Lei nº 13.415 de 2017.

A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017).

Nesse sentido aqui há um dos primeiros pontos importantes de discussão, tendo em vista que os estados estiveram bem distantes das discussões em torno da reforma e serão eles os responsáveis para a implementação, na época das discussões das reformas quando ainda era uma medida provisória a MP 746 de 2016, vários conselhos estaduais de educação apresentaram duras críticas em relação a ausência de debate, empobrecimento de currículo e a fragilização dos conselhos na negligência ao debate (PARANÁ, 2016). A lei que ficou conhecida como a lei da reforma é fruto da MP 746 de 2016 que é uma vertente do Projeto de Lei nº 6.840-A de 2013. Esse Projeto de Lei tratava resumidamente da alteração da carga horária, formação do currículo por área do conhecimento, temas transversais, opção de formação no terceiro ano, possibilidade de retorno para cursar a outra opção formativa após a conclusão do ensino médio, reformulação do ensino médio noturno entre outras mudanças (BRASIL, 2013).

O PL nº 6.840 de 2013 também foi alvo de críticas de acordo com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (*ANPEd*) o modelo de reforma é uma retomada dos tempos da ditadura militar brasileira que na época se preocupava com efeitos imediatistas e preocupados em agradar o mercado, também a associação descreve como inconstitucional o caráter optativo do currículo tendo em vista que a carta magna assegura a formação do estudante de forma plena. (ANPED, 2014).

Em 2016 quando as discussões em torno do Ensino Médio ganham espaço com a iniciativa de uma medida provisória todas as discussões do PL nº 6.840/2013 foram deixadas de lado, o uso da MP foi largamente condenado por inúmeros setores tendo em vista que ao se tratar de educação pública e do ensino médio não seria a melhor forma para essas mudanças.

O Grupo de Trabalho Educação, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, criticou a Medida Provisória pois para

eles o tema é complexo e sensível e o uso dessa medida é temerário e antidemocrático, também reforçou que o tema envolve uma gama de instituições públicas e privadas e é um erro do governo apresentar uma proposta pronta e definitiva (MPF, 2016).

De acordo com Saviani (2020) a medida provisória deve ocorrer em casos onde exista relevância e urgência, também o autor destaca que o governo de Michel Temer responsável pelo envio da MP ao congresso era um governo ilegítimo, nesse sentido ela se torna recurso para um governo autoritário. Fica claro que a medida provisória utilizada pelo presidente Michel Temer beira ao absurdo ao se tratar do tamanho do impacto que isso pode ocasionar para todos os envolvidos, nesse sentido só pelo fato de ser uma medida provisória o meio para o alcance da lei nº13.415 de 2017 ela se torna inviável e inaceitável. Levando em consideração tudo que já foi exposto não é possível deixar de lado a reflexão sobre as reais necessidades de uma reforma no ensino médio, porém o que mais tem destaque é o interesse por tantos atropelos, agilidade, autoritarismo e tantas outras irregularidades é nesse ponto que se destaca mais uma vez os ideais do empresariado.

Um dos principais pontos onde aparece o ideal neoliberal da classe empresarial se dá na medida com que eles utilizam os grandes ideais da universalização da educação, garantias de acesso à educação como direito, porém a medida com que manifestam isso na prática as incoerências também surgem de acordo com Zank e Malanchen (2020) o foco é a reforma curricular e quando isso não vem acompanhado do olhar sobre as necessidades materiais das escolas, do aperfeiçoamento da classe trabalhadora em educação e sem se preocupar com a condição de vida dos estudantes demonstra somente o caráter dos interesses do mercado e do capital. O currículo por si só não corresponde aos reais interesses da formação plena do sujeito.

Outro fator a ser considerado é o esvaziamento do currículo de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, documento aprovado em 2018 e de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação básica geral de passa de 2.400 horas para 1.800 horas, também foi aprovado uma quantidade que pode ser oferecida pelo ensino à distância, sem falar na possibilidade da contratação de profissionais sem licenciatura (CORTI, 2019).

É importante frisar que se tem um entendimento de que a forma que o ensino médio tem se apresentado não está bem, porém é importante lembrar “que melhorar a escola pública é diferente de querer destruí-la, como faz, na prática, a reforma empresarial.” (FREITAS, 2019). A escola pública não pode perder a sua essência de inclusão, de democracia, de acolhimento, de formação crítica é nesse sentido que também pode-se observar a tentativa de intimidação das disciplinas como a sociologia e filosofia.

A medida com que os conteúdos que formaram a humanidade até aqui são atacados pelas forças empresariais, a BNCC do ensino médio, demonstra a ausência de conteúdos artísticos, filosóficos e científicos, pelo contrário reforça muito a centralidade em torno das competências, flexibilização, adequação e muitas outras nomenclaturas que vem de encontro com os interesses do empresariado (ZANK; MALANCHEN, 2019). E dentro de todas as discussões na visão de Ricci (2019) a BNCC foi uma ofensiva política das bancadas conservadoras e das empresas e dos parlamentares ligados aos setores empresariais, isso explica a motivação que torna o ensino médio o centro dos desejos neoliberais pelas políticas reformistas.

É essencialmente importante que não se deixe de lado em nenhum momento à resistência em torno desse interesses descabido do setor empresarial no ensino médio, essa última etapa da educação sempre esteve no rol do classismo proporcionando uma atenuante desigualdade em nosso país, nas palavras de Duarte (2020) aos que se calarem diante de todos os ataques antidemocráticos por interesses econômicos não só estarão sendo coniventes para um retrocesso na educação pública brasileira, mas estarão ao lado da dominação cultural mais reacionária que existe, silenciar nesse momento é se posicionar contra a ética humanista.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

A literatura ao abordar o ensino de história se preocupa muito no sentido do encontro dos estudantes com a sua própria história. Segundo Abud (2010, p. 122) “a construção do conhecimento histórico ocorre quando os alunos percebem a relação dos artefatos com sua própria história, com a história de sua família, de sua localidade

e até de seu país.” Aqui há um ponto de destaque, a história precisa começar do concreto, ainda muito cedo é possível trazer as experiências das crianças e iniciar o processo de construção da aprendizagem em torno da história.

O ensino de história precisa acontecer no formato de escalas, primeiro começamos pela identidade das crianças, depois vamos para a família, em seguida chegamos até a escola, o bairro, a cidade. Depois ampliamos para o estado, o Brasil e avançamos para o mundo.

Os professores que constroem essa proposta curricular apresentam angústias no sentido do quanto a história local vem sendo perdida. Nesse momento e para as futuras gerações que vão seguir esse documento fica um alerta, precisamos resgatar as bases da nossa história, reforçar a formação das identidades das crianças e torná-los protagonistas a partir do local em que vivem. Precisamos resgatar a histórias dos bairros, das personalidades marcantes desses espaços e valorizar a história de Imbituba.

Para a preparação dos estudantes na compreensão e leitura do mundo precisamos “[...] pensar a História enquanto as experiências vividas pelos homens, mulheres e crianças no seu cotidiano” (FLORENSE, 2004, p. 33). A melhor forma de possibilitar o que autor nos orienta é trazer a história local, porém muitas das vezes ficamos presos a história do município e do estado somente no ensino fundamental I, mas precisamos reforçar que na maioria das vezes podemos relacionar vários acontecimentos mundiais com a realidade local e proporcionar uma reflexão mais significativa.

Importante discutir aqui o quanto é necessário a valorização dos saberes tradicionais para o resgate dessa história local e conscientizar as crianças para outras experiências até a consolidação do conhecimento científico, isso corrobora para a valorização de todos com o conhecimento que trazem, pois essas experiências “devem ser entendidas como formas de lutas que são aprendidas integralmente como necessidades, aspirações, valores e razão por personagens que constroem a sua própria história, em condições historicamente determinadas. (FLORENSE, 2004, p. 33)

Ao trazermos essas discussões de valorização da história local e relações com as experiências é extremamente importante observamos o grau de evolução que experimentamos na educação e no ensino de história, saímos de um ensino tradicional de história relacionado às datas, nomes, heróis, hegemonias, livros onde apenas uma versão contava a história de forma “oficial”. Enfim, evoluímos “velha História de fatos e nomes já foi substituída pela História social e Cultural.” (PINSKY, 2015. p. 07).

Pinsky (2015) também elucida que as aulas de história não têm mais espaços para o etnocentrismo e aos poucos incorporamos o cotidiano para nossos espaços de educação, porém precisamos ir além. Ainda que muitas questões retrógradas que não cabem para uma educação que dialoga com o futuro já estão sendo superadas, necessitamos reforçar a importância de novos métodos. Para uma educação com maiores significados precisamos criar ambientes onde essa ressignificação do ensino e das práticas seja possível. Começando pela concepção da sala de aula “a sala de aula não é apenas um espaço onde transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos.” (BITTENCOURT, 2012, p. 57).

A educação é história e história é a educação, podemos apresentar dessa forma a necessidade extrema de em nenhum momento desassociarmos essas duas palavras, primeiro porque precisamos superar o cartesianismo que passou séculos definindo a educação e em segundo pois não é possível aprofundarmos a discussão em educação sem analisarmos a história. É nesse movimento que precisamos reforçar que a educação é um ato de produzir “direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2003, p. 13)

No momento que a educação avança ela traz consigo sua história, essa que jamais pode ser renegada, ainda que em determinados momentos essa história seja marcada por diferentes dissabores, lembramos que são essas dores que podem auxiliar para fazermos diferentes, de um outro modo sem repetir partes tristes desse processo. Ao mesmo tempo que estamos a ensinar e a educar trazemos conosco o conhecimento historicamente acumulado, esse que é essencial para darmos a sequência escola que possa reproduzir a humanidade e ao mesmo tempo transformar.

Dessas necessidades trazidas até aqui precisam dialogar com as dificuldades apresentadas no ensino de história, vários autores concordam que a BNCC trouxe sérios problemas principalmente porque ela está diretamente apropriada dos interesses do empresariado, a BNCC “um profundo retrocesso no que se refere às duras, limitadas e recentes conquistas da classe trabalhadora em torno da educação básica e superior” (ANDRADE; MOTTA, 2020, p. 18)

Lima, Coelho e Soledade (2019) apresentam algumas dificuldades enfrentadas com a BNCC, primeiramente eles discorrem sobre a disposição de conteúdos que segundo eles faz o uso da tábula rasa do passado, ou seja, dificulta o resgate do conhecimento prévio do estudante. Para eles também é elitista tendo em vista que a forma como estão organizados os conteúdos possibilita um ensino de história parcial e possibilita uma visão eurocêntrica.

A prisão a cronologia também é uma outra crítica levantada, há uma possibilidade de o estudante entender que a história é sempre períodos semelhantes com personagens diferentes, facilitando uma compreensão errônea de que a história é repetitiva. Com isso observar-se que a história com a últimas reforma “traz no corpo de seu texto, um empobrecimento teórico marcado pela nomeação de conceitos sem um maior rigor epistemológico e reflexão crítica” (LIMA, COELHO, SOLEDADE, 2019, p. 527).

Ralejo, Mello e Amorim (2021) apontam que as questões envolvendo a diversidade e as minorias de forma generalizada não inovam e não trazem alterações significativas. Segundo os autores os documentos anteriores a BNCC eram superiores na discussão em torno de gênero e étnico-racial. Importante reforçar que a BNCC passou por três versões e as palavras orientação sexual e gênero foram excluídos da última versão dois dias antes da homologação (BARUFFI, 2022).

Outra crítica necessária se dá pelo fato da condução dos trabalhos em história pela BNCC, A Associação Nacional de História (ANPUH) se manifestou em 2015 preocupados pelo distanciamento do documento com as pesquisas produzidas nos cursos de pós-graduação promovendo “uma história nacionalista e que não articula a integração do Brasil aos processos históricos globais.” (ANPUH, 2015)

Na matriz curricular do Novo Ensino Médio da rede estadual de Santa Catarina podemos ver um verdadeiro ataque ao ensino de história. A rede estadual possibilita três diferentes grades curriculares para que as escolas possam escolher de acordo com sua realidade, observe abaixo o quadro com a diferentes grades da rede.

Quadro 01: Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio em Santa Catarina

Matriz	1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária Total
A	800 horas de BNCC + 200 horas parte flexível	600 horas de BNCC + 400 horas parte flexível	400 horas de BNCC + 600 horas parte flexível	31 horas-aulas
B	800 horas de BNCC + 320 horas parte flexível	600 horas de BNCC + 520 horas parte flexível	400 horas de BNCC + 720 horas parte flexível	35 horas-aulas
C	800 horas de BNCC + 608 horas parte flexível	600 horas de BNCC + 808 horas parte flexível	400 horas de BNCC + 1008 horas parte flexível	44 horas-aulas

Fonte: Elaborado pelo Autor, (2022).

Importante a destacar é que da matriz “A” onde há um total de 1000 horas anuais totalizando 3000 horas ao longo de todo o ensino médio, somente há reservado para o ensino de história 64 horas no primeiro ano, 32 horas no segundo e no terceiro. Podendo dizer que de 3000 horas em um ensino médio todo os alunos terão um total de 128 horas para esse componente curricular. Para expressar em porcentagem somente 4,267% do currículo total é reservado a história.

Já na matriz “B” onde há 1120 horas para cada ano correspondendo em um total de 3360 horas em todo o percurso do ensino médio. Infelizmente mesmo aumentando a carga horária total a quantidade de horas reservado para o ensino de história permanece igual a matriz “A”. Em porcentagem é possível observar que os estudo em história correspondem a somente 3,81%.

Ao observar a Matriz “C” que contém 1408 horas em cada ano totalizando 4224 horas nos três anos do Ensino Médio é possível observar que a quantidade de aulas para história continua como nas matrizes anteriores. Analisando em porcentagem, chega aos 3,03% do currículo reservado à história. Quanto mais aumenta a carga horária de acordo com as matrizes menor será a porcentagem do acesso ao conhecimento da história. O estudante ficará mais na escola, aprenderá mais várias coisas, mas terá acesso menor a sua própria história.

Observado os dados apresentados em relação ao currículo catarinense é impossível não se preocupar sobre qual futuro está sendo oferecido aos jovens com a reforma do Ensino Médio. Um estado onde se ensina no máximo 4 % de todo o currículo sobre a história do povo infelizmente não há muito do que esperar de positivo nisso tudo.

Infelizmente o ensino de história totalmente desarticulado e completamente esvaziado colabora para a hegemonização da educação pela burguesia capitalista brasileira operando contrariamente à escola unitária abordada por Gramsci que possibilita o conhecimento por meio de conjuntos das disciplinas escolares e possibilita a autonomia necessária para os jovens pensarem sobre as relações existentes na sociedade (FERRETTI, 2018). Um ensino de história reduzido implica diretamente na ausência da emancipação dos jovens, cerceando a capacidade de emancipação desses estudantes e impedindo um futuro diferente para os filhos da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Reforma do Ensino Médio e seus reais interesses tem sido realmente impactante e necessário principalmente neste momento onde a maioria das redes está em processo de implementação. Além disso se faz necessário denunciar e anunciar como nos lembra Paulo Freire. Denunciamos e anunciamos os processos e contornos que estão diretamente com todas essas mudanças aqui pautadas.

Ao observar para o ensino de história e percorremos os caminhos da sua importância e necessidade e diante disso observar a operacionalização em torno de seu esvaziamento através da lógica do capitalismo entendemos o real motivo de

diminuir tanto a ponto de perder todo o seu destaque nos currículos. O ensino de história esvazia para que tudo aquilo que sempre discutimos não faça parte dos jovens da próxima geração e a hegemonização da educação para o capital avance de forma irrefreável e sem grandes combatentes.

Por fim entendemos a necessidade de ampliarmos a discussão para que não permitamos os avanços dos interesses neoliberais desarticulando a educação que até agora construímos até aqui e resistamos para os próximos outubros.

REFERÊNCIAS

ANPED. **Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo.** Disponível em:

<https://www.anped.org.br/news/reforma-do-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo-e-vozes-desconsideradas-no-processo>. Acesso em 01 jul. 2021.

ABUD, Kátia Maria – **Ensino de História** / Kátia Maria Abud, André Chaves de Melo Silva, Ronaldo Cardos Alves. São Paulo: Cengage Learning; 2010.

BARUFFI, P. P. Diversidade na educação: políticas para uma escola com equidade **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 65057–65066, 2022.

Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/52674>. Acesso em: 9 out. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Vários acessos.

CORTI, A. P. Ensino Médio: entre a deriva e o naufrágio. In: Cássio. F. **Educação contra a Barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2019, 107-114.

DUARTE, N. “Um montão de amontoado de muita coisa escrita”. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, J. MATOS. N. S. D. M. ORSO, P. J. **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a**

Base Nacional Comum Curricular. Campinas, SP: Autores Associados, 2020, 131-160.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados** [online]. 2018, v. 32, n. 93 pp. 25-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt#> Acesso em: 23 out. 2022.

FERRETI, C, J; SILVA, M, R. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun, 2017.

FLORENSE, Afonso Bandeira. O ensino da História e a natureza: um caminho na educação patrimonial. In. LIMA, Carlos Augusto Ferreira (Org.). **Ensino de História: reflexões e novas perspectivas.** Salvador: Quarteto, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012

LOZADA. G.; NUNES. K. S. **Metodologia científica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
MPF. **PFDC lança nota pública sobre riscos de reforma do ensino por meio de medida provisória.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-lanca-nota-publica-sobre-riscos-de-reforma-do-ensino-medio-por-meio-de-medida-provisoria>. Acesso em 01 jul. 2021.

Motta, Vânia Cardoso da e Frigotto, Gaudêncio POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade** [online]. 2017, v. 38, n. 139, pp. 355-372. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 22 out. 2022.

MPF. **PFDC lança nota pública sobre riscos de reforma do ensino por meio de medida provisória.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-lanca-nota-publica-sobre-riscos-de-reforma-do-ensino-medio-por-meio-de-medida-provisoria>. Acesso em 01 jul. 2021.

PARANÁ. **Conselho Estadual de Educação.** Comunicado Oficial. Curitiba, 21 out. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos temas nas aulas de História.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RICCI, R. A militarização das escolas públicas. In: Cássio. F. **Educação contra a Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019, 47-52.

ZANK, D. C. T. MALANCHEN, J. A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio e o retorno da pedagogia das competências.: uma análise baseada na pedagogia histórico-crítica. In: MALANCHEN, J. MATOS. N. S. D. M. ORSO, P. J. **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Autores Associados, 2020, 31-46.